

Transformações do Luteranismo Brasileiro

Martin Dreher

Quem se ocupa com o protestantismo brasileiro vai deparar-se com no mínimo três tipos de protestantismo: O protestantismo de imigração, o protestantismo de missão das confissões tradicionais e o protestantismo pentecostal. Cabe-me neste estudo falar do protestantismo de imigração, mais especificamente do luteranismo.

1. O TRANSPLANTE DO LUTERANISMO PARA O BRASIL

O luteranismo não surgiu no Brasil por iniciativa de Sociedades Missionárias, nem por planejamento de Igrejas Luteranas, nem ainda por iluminação especial de algum crente luterano. O luteranismo estabeleceu-se no Brasil por uma decisão do Império brasileiro. É óbvio que o Império não teve em vista uma política religiosa que visasse a expansão do luteranismo. O §5 da Constituição do Império vedava tal possibilidade. O Brasil autônomo de 1822 e dos anos seguintes tinha que consolidar a independência, tinha que garantir a posse da terra e tinha que procurar braços que viessem a substituir o braço escravo que começava a rarear devido às sanções do governo inglês contra o comércio de escravos. A questão que se impunha era: *Donde conseguir estes braços?* Já a coroa portuguesa tivera sua política imigratória, proibindo a entrada de súditos de nações colonialistas no Brasil. Assim ficara vetada a entrada de imigrantes espanhóis, ingleses, franceses e holandeses. Sobravam os Estados Alemães e os Estados Italianos. Foi para a Alemanha que D. Pedro I enviou agentes, visando aliciar imigrantes. Inicialmente contactou-se apenas tais pessoas que eram católico-romanas. Diante dos resultados não muito animadores, resolveu-se partir também para o aliciamento de tais pessoas que não confessavam a religião oficial do Estado brasileiro.

Assim temos, desde 1824, contingentes de imigrantes luteranos em terras brasileiras, inicialmente em Nova Friburgo/RJ e, posteriormente, em São Leopoldo/RS. Vale dizer, em relação aos imigrantes de Nova Friburgo, que os agentes brasileiros foram tão bem sucedidos que conseguiram mover metade da aldeia de Becherbach, perto de Kirn, a emigrar com o seu pastor ao Brasil. A partir de São Leopoldo surgiram outros núcleos no Rio Grande do Sul. Desde 1850, ano da fundação da Colônia de Blumenau, e, desde 1851, ano da fun-

dação da Colônia de Dona Francisca (Joinville) vamos encontrar núcleos de luteranos em Santa Catarina. A partir destes núcleos surgirão outros nesta Província. De Santa Catarina sairão migrantes que se estabelecerão no Paraná, sendo a partir de 1877/79 engrossadas suas fileiras com novos imigrantes. Desde 1847 imigrantes germânicos estabelecem-se ainda no Espírito Santo. Em 1847 e 1852, respectivamente, surgem colônias em Teófilo Otoni e Juiz de Fora/MG. Em 1845 cria-se a Colônia de Petrópolis/RJ. Todos estes núcleos iniciais representam células básicas do luteranismo brasileiro. Eles virão a ser fortalecidos com outros imigrantes, vindos ao Brasil após as duas Guerras Mundiais. Ao todo não foram mais de 300.000 os imigrantes teutos vindos ao Brasil. Destes 60% eram luteranos, calvinistas e unidos que, mais tarde, viriam a constituir as duas denominações luteranas que hoje temos no Brasil: A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Eu poderia falar, agora, do desenvolvimento do luteranismo no Brasil apresentando a história da instituição Igreja Luterana no Brasil. Teríamos, então, nomes, datas, anos de fundação de congregações, de estruturas, convênios, etc. Quero evitar este caminho, pois ele pouco permite que se sinta o povo luterano. Apresento o desenvolvimento do luteranismo brasileiro a partir de sua vida entre assimilação e marginalização na sociedade brasileira.

2. O LUTERANISMO BRASILEIRO ENTRE ASSIMILAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

No novo ambiente brasileiro os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade. As povoações teutas surgiram, geralmente, em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo. Elementos da cultura brasileira só eram adotados quando se via neles alguma vantagem (1). Surgiram povoações etnicamente homogêneas, nas quais a língua e as tradições puderam ser preservadas. No correr do tempo, porém, elas passariam por transformações tão profundas que surgiu uma "cultura teuta de características próprias" (2). O fato de os imigrantes brancos cultivarem eles mesmos sua propriedade e a terra, algo até então feito exclusivamente por escravos, era inconciliá-

(1) Cf. Emílio Willems. *A Aculuração dos Alemães no Brasil. Estudo Antropológico dos Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre 1946. pág. 228-243. Veja-se o exemplo particular da transformação lingüística, idem, pág. 274-320.

(2) Egon Schaden. *Der Deutschbrasilianer – Ein Problem*, em: *Stadenjahrbuch* 2, 1954, pág. 185. Veja-se ainda os muitos exemplos apresentados por E. Willems, *Aculuração* e Jean Roche. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre 1969.

vel com a mentalidade brasileira. Até então fora-se no Brasil de opinião que o trabalho braçal era indigno do homem branco. Segundo K. H. Oberacker que se baseia em A. Souza, o nobre que realizasse trabalho braçal perderia seus direitos e privilégios. Era o que estabeleciam as leis portuguesas vigentes no Brasil (3). Por isso é fácil de se deduzir que os imigrantes eram considerados, pelos mais antigos habitantes do país, como pessoas de segunda categoria. Estranha era também a religião de muitos dos imigrantes. Ao tempo em que o país fora colônia portuguesa proibira-se o ingresso de protestantes (4) e também se combatera contra eles (5). Agora, porém, estes hereges entram no país e recebem de presente terras do Imperador católico do Brasil. A diferença do credo religioso não podia facilitar a incorporação dos imigrantes evangélicos na sociedade: este fato foi justamente um dos fatores da marginalização. Mesmo assim podemos acompanhar as tentativas feitas pelos imigrantes para se acomodarem ao novo ambiente. Em 1842 o Marechal Luís Alves de Lima e Silva comenta que os habitantes de São Leopoldo desejam ardentemente obter a cidadania brasileira (6). Em Santa Catarina, Hermann Blumenau exigiu, em seu projeto de colonização, que os imigrantes fossem considerados "cidadãos brasileiros naturalizados", tão logo recebessem sua terra (7). Especialmente a partir de 1850, os descendentes dos primeiros imigrantes e as novas gerações de imigrantes esforçam-se em participar da vida pública. Até então o nível cultural dos imigrantes fora bastante baixo, mas a partir de 1850 a situação se modifica, pois em virtude das revoluções políticas do ano de 1848 muitos alemães abandonaram a Alemanha voluntariamente ou premidos pelas circunstâncias. Na Alemanha haviam pertencido às camadas mais favorecidas da sociedade, tinham participação política e vinham agora com suas idéias liberais para o Brasil. Especial-

(3) Os *Andradas I*, pág. 536; cf. OBERACKER Karl Heinrich. Die sozialgeschichtliche Bedeutung der deutschen Einwanderung, em: *Staden-Jahrbuch* 2, 1954, pág. 176; Jean Roche, op. cit., pág. 27-33; E. Willems, op. cit., pág. 110ss.

(4) Cf. Therezinha de Castro, *História Documental do Brasil*, Rio de Janeiro, São Paulo (1968?), pág. 200.

(5) Franceses e holandeses. Cf. Hermann Bihlmeyer, Karl Tüchle, Paulo Florêncio da Silva Camargo, *História da Igreja*, Vol. 3, São Paulo 1965, pág. 231s; Martin Bergrich, Villegaignon und die Hugenotten in der Guanabara-Bucht, em: *Staden-Jahrbuch* 5, 1957, pág. 185ss. Helmut André, Calvinist und Rothaut, em: *Staden-Jahrbuch* 9/10, 1961/62, pág. 103ss.

(6) Cf. sua carta de 12.12.1842 a Cândido José de Araújo Viana, apud José Fernando Carneiro, Conferência na sessão de instalação, em: *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Porto Alegre 1963, pág. 25.

(7) "Os colonos logo que entrarem na posse de qualquer porção de terra que lhes for destinada por distribuição ou por compra que fizerem à companhia, serão *ipso-facto* considerados cidadãos brasileiros naturalizados." idem, pág. 25.

mente na Província de Santa Catarina, os homens de 1848 fizeram sentir sua presença nas colônias recém-fundadas. O primeiro parlamento de Dona Francisca, hoje Joinville, foi constituído exclusivamente por teutos. Fatos semelhantes podem ser constatados em Blumenau, onde se pode constatar desde o início a atividade política dos imigrantes (8).

No Rio Grande do Sul é mais difícil de se encontrar este novo tipo de imigrante. Nesta Província os participantes da Legião Alemã, contratada pelo Imperador D. Pedro II na guerra contra o ditador argentino Rosas, foram de suma importância. A maioria deles participara das revoluções na Alemanha e da guerra contra a Dinamarca. Eram denominados de "Brummer", nome derivado do ruído que faziam as moedas de cobre com as quais eram pagos, ao serem lançadas ao chão (9). Entre eles Carlos von Koseritz é, sem dúvida, a figura de maior destaque (10). Este novo tipo de imigrantes procurou fazer uso de suas possibilidades políticas e legais. A tentativa foi coroada de êxito, pois em 1881 encontramos os dois primeiros deputados teutos na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul e em 1888 o primeiro representante teuto na Assembléia Provincial de Santa Catarina (11). Estes avanços isolados, porém, não foram capazes de eliminar a marginalidade dos imigrantes alemães e de seus descendentes. A própria maneira de agir dos homens de 1848 e dos "Brummer" é, em parte, responsável pelo fato de que sua situação de marginalidade não tenha sido completamente eliminada. Eles pleiteavam por uma solução híbrida e criaram o "Teuto-brasileiro" que, no fundo era "um problema" (12). Esta consciência esquizóide correspondia à real situação dos descendentes de alemães no Brasil. Por parte do Brasil exigia-se deles fidelidade total e integração na vida brasileira, por outro lado esperava-se deles fidelidade em relação à "velha pátria". Em seu todo, porém, podemos constatar progressos na tentativa de contribuir para a formação da nação brasileira.

Na volta do século a situação modificou-se em virtude da mu-

(8) Karl Heinrich Oberacker, Karl von Koseritz, ein Deutscher als brasilianischer Politiker, em: *Staden-Jahrbuch* 7/8, 1959/60, pág. 71; Ferdinand Schröder, *Die deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859*, Berlin 1930, pág. 102.

(9) *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*, Ed. por Verband Deutscher Vereine, Porto Alegre 1924, pág. 144-147; 87-90; Balduino Rambo, A imigração alemã, em: Klaus Becker (ed.), *Enciclopédia Rio-Grandense*, Vol. 1, 2ª ed. Porto Alegre 1968, pág. 111s.

(10) Quanto a Koseritz cf. K. H. Oberacker, op. cit.

(11) K. H. Oberacker, op. cit., pág. 107.

(12) Cf. Egon Schaden, Der Deutschbrasilianer – Ein Problem, em: *Staden-Jahrbuch* 2, 1954, pág. 181-194.

dança de ordem política e filosófica, ocorrida no Brasil, e em virtude da política de germanidade desenvolvida pelo Império Alemão. Em 1889 proclamava-se a República no Brasil. Com este fato surgiram para os descendentes dos imigrantes alemães, no mínimo, duas vantagens significativas: a "grande naturalização", i. é, a concessão generalizada da cidadania brasileira e a separação de Igreja e Estado. As duas inovações tinham sido exigidas desde o princípio pelos imigrantes, pois esperavam delas certas facilidades para sua integração no país. Na realidade, porém, aconteceu o contrário. No Brasil, a maioria dos descendentes dos imigrantes alemães era partidária do Partido Liberal e além disso fiel defensora da monarquia (13). Quando da proclamação da República, a maior parte dos antigos partidários do Partido Conservador passou, singularmente, para o campo republicano. Com isso formou-se para os descendentes de alemães uma situação duplamente desagradável e que não deixa de ter o seu lado curioso. Como defensores da monarquia poderiam eventualmente ter esperado poder contar com o apoio dos Conservadores. Como, porém, o Partido Liberal havia fornecido os últimos ministros do Império e como os descendentes dos alemães haviam sido, em geral, adeptos deste partido, a situação que agora se criava era a de que os descendentes de alemães haviam conseguido a inimizade das forças conservadoras que, além disso, ainda eram as representantes dos latifundiários.

Foi assim que, justamente com a proclamação da República, os descendentes dos imigrantes alemães foram novamente impelidos para uma situação de marginalidade. Característica é a situação no Rio Grande do Sul, onde este processo foi favorecido por dois fatores. Depois da ascensão dos republicanos eclodiu, aqui, em 1893, a Revolução Federalista. Os descendentes dos alemães eram, em sua maioria, simpatizantes do líder do antigo Partido Liberal, Gaspar Silveira Martins, que era, ao mesmo tempo, líder intelectual dos federa-

(13) A fidelidade à monarquia evidencia-se especialmente entre os protestantes. Na Revolução Farroupilha (Walter Spalding, A Revolução Farroupilha, em: Klaus Becker (ed.), *Enciclopédia Rio-Grandense*, Vol. 1) os protestantes apoiaram as tropas imperiais, enquanto que a maioria dos católicos e os dois pastores(1) dos protestantes lutavam ao lado dos rebeldes (cf. Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, Vol. IV, Leipzig 1869, pág. 22; Hugo Zöller, *Die Deutschen im Brasilischen Urwald*, Vol II, Berlin e Stuttgart 1883, pág. 182.) Até o presente não se estudou esse episódio e suas possíveis influências na história da IECLB, principalmente no Rio Grande do Sul, onde foram travadas as lutas. Em boa parte da população e nos círculos políticos do Rio Grande do Sul deve ter surgido, como consequência, aversão aos protestantes. Diante dessa possibilidade não posso concordar com a dedução de Rudolf Becker de que a Revolução Farroupilha tenha sido um fator de integração. Pelo menos no caso dos protestantes essa dedução não confere. Cf. *Deutsche Siedler in Rio Grande do Sul. Eine Geschichte der deutschen Einwanderung*, Ijuhy (1938?), pág. 30.

listas (14). A revolução terminou com a vitória do Partido Republicano e, indiretamente, com a derrota dos teuto-brasileiros. Sua atividade política que iniciara com Koseritz e outros, estava destruída; os teutos retiravam-se completamente da vida política. No final de contas chegara-se a um acordo tácito com os vencedores: Deixou-se os descendentes de alemães serem alemães, recebendo, em contrapartida, seus votos. Sob a hegemonia do Partido Republicano, o Rio Grande do Sul ainda adotou uma constituição positivista. Esta correspondia plenamente às idéias do filósofo francês Auguste Comte e orientava-se pelo seu "Système de politique positive" (15), segundo o qual o Estado de modo algum pode intervir na vida intelectual do povo. As ciências, as artes e a religião devem desenvolver-se independentemente do Estado (16). Seguindo o lema positivista "aprenda quem quiser, ensine quem puder" (17), possibilitou-se um enorme desenvolvimento das escolas particulares teutas. Esta época transformou-se em "período áureo" para a germanidade no Brasil. Foi justamente nestes anos que os diversos Sínodos evangélicos puderam obter os maiores progressos na luta pela preservação da germanidade em suas congregações. A mudança de ordem filosófica e política, saudada pelos de descendência teuta, transformar-se-ia em verdadeira armadilha para eles, pois levou-os a uma marginalidade total, justamente por causa de sua concentração na identidade teuta. Esta marginalidade será, contudo, mais tarde eliminada de maneira violenta, após o término da "República Velha" que trouxe consigo o final da era de domínio do Positivismo no Brasil (18).

Ao lado dos fatores internos, que levaram a uma marginalização dos descendentes dos imigrantes teutos no Brasil, devemos citar os fatores externos. Até a fundação do Segundo Reino Alemão, praticamente não se pode falar de um maior interesse dos diversos Estados alemães em relação ao Brasil. Emilio Willems constatou que até o ano de 1850 a opinião pública alemã praticamente nada sabia a res-

(14) Não se pode afirmar que os descendentes dos imigrantes alemães tenham participado ativamente da revolução. Encontram-se alguns nomes alemães entre os líderes de determinados grupos de federalistas: Jungblut, Hüber, Altenhofen. O mesmo, porém, também pode ser dito a respeito do campo republicano: Lautert, Adam, Bier, Bormann. Cf. Arthur Ferreira Filho, *A revolução federalista*, em: Klaus Becker, op. cit., pág. 320.324ss, 329.

(15) Arthur Ferreira Filho, op. cit., pág. 310.

(16) Cf. Hermann Dohms, *Die politischen Parteien in Rio Grande do Sul im Rahmen der politischen Geschichte Brasiliens*, São Leopoldo 1932, pág. 13.

(17) José Fernando Carneiro, Conferência na Sessão de Instalação, em: *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, pág. 28.

(18) Quanto à influência do positivismo no Brasil cf. João Camilo de Oliveira Torres, *O positivismo no Brasil*, Petrópolis 1943.

peito dos "alemães" no Brasil (19). É certo que as cidades hanseáticas tinham algum interesse econômico, mas é apenas desde meados do século XIX que associações evangélicas particulares passaram a se preocupar com as condições de vida dos imigrantes (20). Mesmo após 1871 os interesses do próprio Reino Alemão em relação ao Brasil foram mínimos. Referimo-nos especialmente a interesses que se relacionam com os descendentes de imigrantes teutos no Brasil. É conhecida a sentença de Bismarck: "Um alemão que despe sua pátria como um velho casaco não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele" (21). Conhecida é também sua decidida intervenção contra a emigração (22). Mas nem todos os círculos políticos e da opinião pública faziam suas as opiniões do chanceler alemão. Muitos contavam com a separação de um Estado alemão do território brasileiro e criam que a proclamação da República brasileira poderia concretizar seu sonho de um substitutivo para as colônias que a Alemanha não tinha. As revoluções que sucederam ao início da era republicana pareciam dar-lhes motivos para tais esperanças. Esperava-se, p. ex., que os descendentes de alemães participassem ativamente da revolução e que, após a separação das Províncias meridionais do Brasil, surgisse ali uma supremacia teuta. Estas esperanças desconheciam, porém, o posicionamento político dos descendentes teutos (23). Após a queda de Bismarck, o Ministério de Relações Exteriores da Alemanha manifestou um maior interesse pelos descendentes dos imigrantes alemães. Os representantes do Reino Alemão receberam instruções para visitar as colônias alemãs e para participar mais ativamente na vida pública (24). Tais medidas tinham, principalmente, em mente interesses de ordem econômica. Ao lado destas me-

(19) *A aculturação dos alemães – Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre 1946, pág. 208.

(20) Percy Ernst Schramm, Die deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca (Brasilien: St. Catharina) im Rahmen gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen, em: *Jahrbuch für die Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 1, 1964, pág. 283-324.

(21) Citado segundo Gerhard Brunn, *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*, Köln, Wien 1971, pág. 127.

(22) Foi devido a uma intervenção de Bismarck que o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia negou filiação ao Sínodo criado em 1868 por Hermann Borchard no Rio Grande do Sul. Cf. Ferdinand Schröder, *Die Eigenart des Deutschtums in Brasilien im Zusammenhang mit der Geschichte der Heimat*, em: *Ausland-deutschtum und Evangelische Kirche. Jahrbuch*, 1932, pág. 238.

(23) Gerhard Brunn, op. cit., pág. 16-25.

(24) *idem*, pág. 66ss.

didamos devemos considerar também a tentativa malograda de desviar para o Brasil a emigração que se dirigia aos EEUU (25). Somente após o malogro desta tentativa é que se passou a desenvolver uma política mais ativa que tinha em vista a preservação da germanidade. Com o seu concurso pretendia-se preservar a germanidade dos teutos e garantir mercado para a indústria alemã. O maior engajamento político dos descendentes de alemães no final do século passado, como foi acima descrito, foi observado com bastante interesse pelos representantes do Reino Alemão no Brasil (26). De modo semelhante procurava-se impedir, no Reino, este processo de assimilação através de uma agressiva política de preservação de germanidade. Pretendia-se alcançar esta meta através de quatro caminhos: a imprensa alemã, a escola alemã, as congregações e igrejas de fala teuta e a marinha alemã (27).

Procurou-se influir na imprensa de fala teuta através da criação de um serviço especial de cabogramas e de telegramas. Estes planos foram, porém, rapidamente abandonados em virtude da escassez dos recursos colocados à disposição. Também se evidenciou que seria impossível influenciar todos os jornais teutos. Houve recuos quando se constatou que muitos jornais publicavam artigos nada favoráveis ao Reino. Apenas o "Urwaldbote", publicado em Blumenau, recebia subvenções diretas por se tratar de um jornal "rigorosamente nacional". Recebia ele, anualmente, a subvenção de 4000 RM (28). As tentativas de influir nas escolas de fala teuta, através de professores, material escolar e de subvenções financeiras, tiveram êxito bem maior. Foram as seguintes as organizações a participar do projeto: Allgemeiner Deutscher Schulverein, Alldeutscher Verband, Flottenverein, Deutsch-Brasilianischer Verein, Blumenau-Stiftung e outras. Ao lado delas encontramos ainda organizações eclesiásticas como a Associação Gustavo Adolfo e a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (29). Esta subvenção das escolas, porém, não ficou restrita a associações particulares. O próprio Reino colocou meios à

(25) Informações a respeito da política de emigração do Reino Alemão em Brunn, op. cit., pág. 116-164.

(26) idem, pág. 173ss.

(27) Para a exposição do que segue baseamo-nos, especialmente em Brunn.

(28) Cf. Brunn, pág. 177s. A respeito da imprensa alemã no Brasil cf. Hans Gehse, *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart. Ein Beitrag zur Geschichte und zum Aufgabenkreis auslandsdeutschen Zeitungswesens*, Münster 1931; K. J. R. Arndt e E. Olson, *The German Language Press of the Americas 1732-1968. History and Bibliography*, Vol. 2, Pullach/München, s. d.

(29) Cf. Martin Dreher, *Kirche und Deutschtum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien*, Göttingen 1978, pág. 73ss.

disposição deste projeto. Anualmente eram destinadas quantias regulares do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores para serem aplicadas no Brasil (30). Já no ano de 1902, 56 escolas recebiam um total de 42.068 Marcos. As escolas mais favorecidas eram as de Santa Caratina. Além do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores, os Chefes de Legação tinham um fundo à disposição com o qual as escolas e os professores deveriam ser auxiliados. No ano de 1905 este fundo era constituído de 15.000 Marcos. Neste mesmo ano o Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores enviou 60.000 Marcos ao Brasil. Além disso, o Ministério de Relações Exteriores financiou a edição de um livro de leitura alemã para escolas no Brasil, publicado em 1906, em 1ª edição, com 10.000 exemplares e alcançando, até 1914, mais quatro edições. O livro foi elaborado, contendo referências à vida na Alemanha, lendas alemãs e cenas da vida do imperador alemão. Toda essa ação tinha em vista o fato de que a escola alemã "deveria impedir por tanto tempo quanto possível o desaparecimento da imigração alemã, qual adubo dos povos, na mistura racial brasileira" (31). A política de preservação de germanidade, desenvolvida pela marinha alemã não deve ser minimizada. Na volta do século, as visitas de navios alemães tornam-se algo corriqueiro no Brasil. Via-se nesse fato um meio evidente de preservação da germanidade. As tripulações visitavam povoações germânicas para despertar o orgulho dos descendentes teutos pela Alemanha (32).

Quais foram, porém, as conseqüências dessa política germanófila do Reino Alemão? Será que ela realmente colaborou para a preservação da germanidade? No tocante aos jornais temos que cons-

(30) Cf. Brunn, op. cit., pág. 181.

(31) Ministro plenipotenciário von Treutler em 1905, citado por Brunn, op. cit., pág. 184.

(32) Em uma palestra do ano de 1915 o pastor da Comunidade Evangélica de Joinville, Fritz Bühler, fez um relato a respeito das impressões deixadas por tais visitas. "Pouco antes da guerra as colônias de Blumenau e Dona Francisca receberam a visita da esquadra enviada para a América do Sul, composta dos navios de S. M. "Kaiser", "König Albert" e "Strassburg", e do irmão do Imperador, o príncipe Heinrich von Preussen, que a acompanhava no vapor hamburguês "Cap. Trafalgar". No dia 5 de maio de 1914 a cidade de Joinville teve a honra e a alegria de receber essa visita. Os navios permaneceram junto ao farol de São Francisco; mas com botes e pequenos vapores 250 marinheiros, 29 oficiais e o capitão do "König Albert" subiram a bela baía e o rio Cachoeira e trouxeram à colônia alemã as saudações do Imperador e do Reino. Naturalmente foram feitas todas as espécies de festividades. E a escola alemã ofereceu uma celebração, da qual participaram todos os oficiais. Inicialmente houve um exame; depois as crianças cantaram canções alemãs. Por fim o capitão distinguiu toda a primeira menina da classe, em nome do Imperador, com uma fita de seda preta, usada nos bonés, que trazia em bordado de ouro a inscrição: "S. M. Schiff König Albert". Tais eventos provocam entre os alemães no exterior um caloroso amor e uma grande confiança na grandeza e futuro de sua pátria." *Deutschtum und Luthertum in Brasilien*, Hannover 1915, pág. 9. Quanto à política de germanidade da marinha alemã cf. Brunn, op. cit., pág. 194ss.

tatar que apenas um único jornal correspondeu aos efeitos desejados. Os demais jornais, publicados em língua alemã, chegavam ao ponto de atacar o Reino Alemão. Em relação à escola poder-se-ia, inicialmente, ter a impressão de que aqui os resultados tenham sido mais positivos. No entanto, o processo de assimilação não pôde ser detido através da escola. Além disso, devemos constatar que justamente na época em que se começou a colocar verbas à disposição das escolas alemãs, as autoridades estaduais brasileiras também começaram a investir somas consideráveis da renda nacional no ensino público nos estados meridionais (33). As visitas da marinha alemã despertaram "sentimentos patrióticos", mas chamaram, concomitantemente, a atenção das autoridades brasileiras. Toda esta política não trouxe benefícios aos descendentes de alemães. No Brasil surgia, com ela, a desconfiança de um "perigo alemão". As conseqüências dessa desconfiança, afinal, tiveram que ser carregadas pelos imigrantes, como se pôde constatar nos acontecimentos relacionados com a Primeira Guerra Mundial. Os resultados da política de preservação de germanidade, encetada pelo Reino Alemão, podem ser resumidos com as seguintes palavras: "Os comerciantes alemães no Brasil e os colonos, no sul do país, tiveram que pagar — para variar uma palavra de Bismarck — as janelas que os 'pseudopatriotas' pangermanistas haviam quebrado com suas utopias desmedidas" (34). Quando o Reino Alemão declarou guerra à França, no início da Primeira Guerra Mundial, havia grande entusiasmo entre os teutos no Brasil. Este fato foi, contudo, mais uma conseqüência da marginalização política a que estava submetida a maioria dos descendentes de alemães nos primeiros anos da República e menos conseqüência da política de preservação de germanidade do Reino Alemão (35). Reservistas apresentaram-se aos consulados e procuravam chegar à Alemanha por todos os meios possíveis. Entre eles encontramos também alguns pastores. Contava-se com uma vitória alemã (36). O desenrolar dos acontecimentos na Europa levou a que no Brasil fossem feitas demonstrações públicas em favor da Entente que provocaram saques, e, a excessos da população

(33) *idem*, pág. 184s.

(34) *idem*, pág. 210.

(35) Quanto ao que segue cf. Georg Königk, *Die Politik Brasiliens während des Weltkrieges und die Stellung des brasilianischen Deutschtums*, Hamburg 1935.

(36) Em diversas localidades foram feitas festas de guerra. Cf. Artur Voigt, *Der Heimat fern — der Heimat nah. Kriegsreden gehalten in Chile und Brasilien*, Valparaíso (1918 ?). No Espírito Santo alguns pastores realizaram uma "viagem missionária de guerra" ("Missionskriegsreise") e realizaram "festas missionárias de guerra"(1) ("Missionskriegsfeste"). Cf. Hermann Fischer, *Espírito Santo und der Weltkrieg*, em: *Deutsch-Evangelisch im Auslande* 14, 1916, pág. 189ss; Theophil Dietschi, *Vom Werden und Wachsen der Riograndenser Synode*, em: *Estudos Teológicos* 1956, pág. 33.

contra alemães e descendentes de alemães. Somente a intervenção das autoridades brasileiras pôs fim a tal estado de coisas (37). O torpedeamento do navio brasileiro "Paraná", a 4 de abril de 1917, levou ao rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. Após o torpedeamento de mais dois navios, a 25 de outubro, ocorreu a declaração de guerra. Dois dias mais tarde o Ministério do Interior do Brasil enviava um decreto aos governadores, em cujos estados residiam grupos étnicos teutos. As instruções proibiam a circulação de jornais em língua alemã e ordenavam o fechamento das escolas, nas quais não era ministrado o ensino da língua portuguesa. Finalmente, foi proclamado o estado de sítio nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, a 17 de novembro, após o torpedeamento de mais navios brasileiros. No palco da batalha o Brasil participou com o envio de algumas missões militares e de uma missão médica.

Após o final da guerra e da derrocada do Reino Alemão, no ano de 1918, parecia que a imagem que fora feita nos círculos teuto-brasileiros, relativamente a Alemanha, estivesse destruída e que os descendentes de alemães viessem a se afastar, definitivamente, da "velha pátria" (38). Contudo, a proibição de jornais em língua alemã, o fechamento das escolas e as discussões a nível local haviam tido conseqüências mais profundas e diversas do que, originalmente, se supunha. Logo após o final da guerra fora revogada a proibição de se falar o alemão. Com isso dava-se a possibilidade de cultivar novamente a germanidade. Por outro lado, os anos posteriores à guerra evidenciaram plenamente as conseqüências da marginalização política. Proibidos de participar na vida pública do povo brasileiro, os teutos concentravam-se novamente nos valores de sua etnia. Isso se evidenciou, especialmente, nos anos de 1922 e 1924. Em 1922 comemorou-se o centenário da independência do Brasil e dois anos mais tarde o centenário da imigração alemã. As comemorações do ano de 1922 proporcionaram aos círculos teutos a oportunidade de refletir a respeito da participação dos imigrantes alemães e seus descendentes no desenvolvimento do Brasil desde o descobrimento do país. As comemorações relativas ao centenário da imigração contribuíram para "aumentar eficazmente a consciência étnica teuta dos brasileiros de descendência alemã, atizar o amor à índole tradicional, alimentar o orgulho em relação à origem e despertar e aguçar o sentimento de compromisso em manter a herança dos pais" (39). Mais tarde a propaganda do nacional-socialismo viria a se valer deste patriotismo. Esta consciência

(37) Jean Roche, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre 1969, Vol. II, pág. 715s.

(38) Cf. Rudolf Becker, op. cit., pág. 78.

(39) Theophil Dietschi, op. cit., pág. 20.

de germanidade, enfaticamente proclamada, colidiria, em breve, com um novo movimento que surgia no Brasil. Desde 1917 o “modernismo” estava encetando sua caminhada, influenciando, inicialmente, a cultura — literatura, pintura e música — e, posteriormente, também a política (40). Nele se faziam presentes traços nitidamente nacionalistas que rompiam com as concepções do romantismo, do parnassianismo e do realismo. Dizendo não aos ideais e idéias européias, pretendia fomentar a independência intelectual do Brasil. Queria-se cultivar as tradições do próprio país, acentuava-se o português como língua nacional e uma política de defesa do “espírito nacional”. Queria-se, em uma palavra, “abrasileirar o Brasil”. O termo chave da época passa a ser “brasilidade”. Fomenta-se uma política de integração e de expansão nacional que misture os confusos ideais, um movimento nacionalista que vise integração, no qual devem se fundir todas as raças emigradas ao Brasil para surgir uma nova raça, a partir da síntese das diversas nacionalidades. Em 1922 este novo movimento tem, na “Semana de Arte Moderna”, em São Paulo, a sua primeira grande expressão (41).

Durante o primeiro período de governo de Getúlio Vargas, as exigências do movimento, nascido do modernismo, viriam a se concretizar. Vargas chegou ao poder em 1930 e governou até 1945 (42). Desde o início do governo Vargas pode-se constatar medidas que visam uma integração dos diversos grupos de imigrantes (43). Através de uma legislação progressiva introduziu-se, inicialmente, um sistema de quotas, segundo o qual a imigração era reduzida a um número máximo anual de 2% sobre o total de imigrantes de uma determinada nacionalidade, imigrados nos últimos 50 anos. Além disso adotou-se medidas que visavam a criação de núcleos de colonização mistos para evitar o surgimento de núcleos etnicamente homogêneos (44). Outra meta prioritária do governo Vargas foi o desenvolvimento de todo o sistema nacional de ensino. Paralelamente a esta meta surgiam medidas que visavam a integração das escolas consideradas “escolas estrangeiras” (45). O governo exigiu, inicialmente, o ensino de todas as

(40) Cf. Wilson Martins, *O modernismo*, 3ª edição, São Paulo 1969.

(41) idem, pág. 449-457.

(42) Quanto a Vargas e seu período de governo cf. as diversas obras de Hélio Silva.

(43) Cf. Käthe Harms-Baltzer, *Die Nationalisierung der Deutschen Einwanderer und Ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutschbrasilianischen Beziehungen 1930-1938* (Bibliotheca Ibero-Americana 14) Berlim 1970.

(44) Cf. Jean Roche, op. cit., pág. 131.

(45) Segundo lei de 15.9.1919, artigo 24, § 1, eram consideradas “escolas estrangeiras” aqueles estabelecimentos de ensino em que uma ou mais disciplinas fossem lecionadas em língua estrangeira.

disciplinas na língua nacional, excetuando-se o ensino de língua estrangeira. Posteriormente proibiu-se o ensino de toda e qualquer língua estrangeira para alunos que não tivessem alcançado o 12º ano de vida. Estas medidas de nacionalização de ensino tiveram um significado todo especial para o grupo étnico teuto, em virtude das muitas escolas em que a língua de ensino era o alemão. A situação criada com as medidas de nacionalização veio a ser acentuada em virtude de dois problemas, com os quais o governo brasileiro teve que se defrontar: o Movimento Integralista (46) e a atividade da Organização para o Estrangeiro do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Muitos teuto-brasileiros haviam se filiado ao Movimento Integralista. Por outro lado, a Organização para o Estrangeiro do NSDAP se imiscuía em assuntos internos do Estado brasileiro, ao criticar a nova política de imigração. Como já acontecera no caso da política de preservação de germanidade, patrocinada pelo Segundo Reino Alemão, quem teve que sofrer as conseqüências foram os alemães residentes no Brasil e os descendentes de alemães.

A atividade do NSDAP no Brasil merece especial atenção (47). Até o ano de 1933 suas atividades são inexpressivas (48). A situação, porém, veio a se alterar rapidamente após 1933. Nas cidades foram criadas organizações nacional-socialistas e introduzidos, furtivamente, agentes nas associações teuto-brasileiras. Organizou-se, p. ex., o Estado do Rio Grande do Sul como "Kreis" (distrito) do NSDAP, tendo a sua testa um "Kreisleiter" (dirigente distrital) que não estava subordinado ao consulado alemão (49). Foram feitos boicotes a firmas teuto-brasileiras que não simpatizavam com o movimento nacional-socialista, organizou-se coletas para o "Winterhilfswerk" (Congregação de auxílio de inverno), promoveu-se conferências e atos públicos nos grandes feriados nacional-socialistas. Além disso movimentou-se todo um aparelho de propaganda. Esta fazia uso da imprensa teuto-brasileira, difundia material de propaganda impresso na Alemanha e procurava influir através de uma série de associações, tais como: Deutsche Arbeitsfront, Arbeitsgemeinschaft der deutschen Frau im Ausland, Deutschbrasilianischer Jugendring, Bund deutscher Mäd-

(46) Quanto à Ação Integralista Brasileira cf. Héglio Trindade, *Integralismo*, São Paulo 1974.

(47) Käte Harms-Baltzer, op. cit.; Aurélio da Silva Py, *A 5ª Coluna no Brasil. A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, 2ª edição, Porto Alegre 1942; José P. Coelho de Souza, *Demência, O nazismo nas escolas do Rio Grande*, Porto Alegre s.d.; Schmitt, Bernadotte E. (ed), *O III Reich e o Brasil. Documentos autênticos capturados na II Guerra Mundial*, 2 volumes, Rio de Janeiro 1968.

(48) Em 1932 existia um grupo local no Rio de Janeiro (Cf. *Mitteilungsblatt. Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei. Hitlerbewegung. Ortsgruppe Rio de Janeiro*, 1, 1932).

(49) Cf. Jean Roche, op. cit., pág. 717s.

chen im Ausland, Deutscher Kriegsverein, etc. O movimento nacional-socialista mostrou um interesse todo especial pelas associações teuto-brasileiras. O NSDAP procurava influir nestas sociedades através de subvenções em dinheiro, pagando as contribuições sociais dos seus partidários. Assim que havia uma maioria favorável aos nacional-socialistas na associação, convocava-se uma assembléia. Nesta, por seu turno, era decidida a filiação da associação ao partido nazista e à "Federação de Associações Alemãs" (Verband Deutscher Vereine) que, por sua vez, estava filiada à "Federação de Associações Alemãs no Exterior" (Verband Deutscher Vereine im Ausland). Estas iniciativas levaram a sérias discussões nos meios teuto-brasileiros (50). Poucas foram, porém, as associações que conseguiram escapar a esta tática (51).

As autoridades brasileiras viam-se forçadas a intervir devido às atividades nacional-socialistas. As medidas de boicote que levaram ao suicídio de um comerciante que não se submetera às exigências do partido (52), a infiltração em associações teuto-brasileiras e fatos semelhantes, levaram a que a polícia fizesse averiguações. Com a Constituição de 10 de novembro de 1937 foi proibida toda a atividade político-partidária e, em princípios de 1938, todos os partidos estrangeiros ficavam proibidos de se manifestar no país. Como o NSDAP não pudesse mais manifestar-se publicamente, seu canal de atuação passou a ser os consulados alemães. A atuação da polícia, porém, reduziria todas as atividades a um mínimo. Seguiram-se deportações de alguns alemães e aprisionamento de líderes teuto-brasileiros. Enquanto que até 1939 as medidas nacionalizadoras das autoridades brasileiras eram moderadas, deparamo-nos entre os anos de 1939 a 1945, portanto, nos anos da Segunda Guerra Mundial, com medidas repressivas, oportunidade em que alguns funcionários foram além de sua competência. Proibiu-se a publicação de jornais em língua alemã, o uso da língua alemã em lugares públicos; seguiu-se o confisco de livros e documentos em casas de teuto-brasileiros; houve destruição de bibliotecas alemãs, confisco de armas das sociedades de atiradores, prisões e confinamentos (53). O torpedeamento de navios e o ingresso do Brasil na Guerra (54) levaram a excessos da parte da população, ocorrendo incêndios e depredações em grandes centros urbanos. Querendo ou não, praticamente todos os descendentes de alemães foram atingi-

(50) José P. Coelho de Souza, op. cit., pág. 24ss.

(51) Jean Roche, op. cit., pág. 719.

(52) José P. Coelho de Souza, pág. 46s.

(53) Jean Roche, op. cit., pág. 723s.

(54) Quanto à participação do Brasil na guerra mundial cf. Werner Haupt, Brasilien im Zweiten Weltkrieg, em: *Marine Rundschau* 1957, pág. 137-151.

dos pelas discussões, como já ocorrera por ocasião da Primeira Guerra Mundial.

As experiências feitas durante a Segunda Guerra Mundial, uma época que era vista como período de perseguições, continuaram a ter suas conseqüências na época de pós-guerra. Os teuto-brasileiros sentiam-se como cidadãos de segunda ou terceira categoria (55), mesmo depois de haver sido suspensa a proibição do uso do alemão e de a imprensa alemã reiniciar suas publicações em 1946. O correr dos anos fez com que as experiências fossem esquecidas. As animosidades espareceram, a mobilidade da sociedade, o surgimento de um moderno sistema de meios de comunicação, além de outros fatores, levaram a que sempre mais, os descendentes dos imigrantes, vindos ao Brasil a partir de 1824, se sentissem parte integrante do povo brasileiro. Para que isso fosse alcançado, fora necessário um longo e, por vezes, doloroso, processo (56).

Encerrando este segundo tópico de minha exposição quero apresentar ainda algumas perspectivas a respeito do desenvolvimento posterior a 1945. Faltam-nos estudos que nos possibilitem um estudo a fundo da época em apreço. Constatamos, em 1º lugar, a partir de 1946, uma crescente participação do elemento teuto na política. Parece-me que a partir de 1946 começa a ser recuperado o atraso. A participação política, interrompida no final do Império, começa a ser recuperada. É flagrante a participação de teutos na política partidária.

Constatamos em 2º lugar que até fins da década de 50 praticamente não se conhece proletariado de origem teuta no Brasil. O proletariado começa a surgir com a industrialização das antigas áreas de colonização. As bases deste proletariado são fornecidas pelos antigos pequenos agricultores que desde inícios da década de 60 não têm mais condições de acompanhar os latifundiários que mecanizam suas lavouras. Paralelamente a esta proletarianização ocorre, pois, a expulsão da terra que atinge seu auge em nossos dias. Conseqüência disso, ainda, é a grande participação dos descendentes dos imigrantes no processo de migração interna. Os migrantes ocupam as terras no Oeste de Santa Catarina, passaram para o Oeste do Paraná, entraram no Sul do Mato Grosso e encontram-se agora no Estado de Rondônia. A dificuldade de conseguir terras no Brasil tem levado milhares a se estabelecer no Paraguai e na Argentina.

Estes dados apresentados não nos permitem prever ainda o fi-

(55) Cf. p. ex. a carta do entomólogo Fritz Plaumann, de 8.6.1955, publicada em Marcos Konder, *Der Nationalismus als falscher Patriotismus. Etwas über die deutsche Einwanderung in Südbrasilien*, Porto Alegre 1954, pág. 7s.

(56) Pode-se ouvir, ocasionalmente, afirmações que falam a respeito de uma revitalização da germanidade. Trata-se, no entanto, de concepções acerca de uma realidade que não mais existe! Cf. p. ex. a poesia de R. Hirschfeld, Der 25. Juli 1824 (*Brasil-Post. Seminário Brasileiro* 22, Nr. 1129, pág. 1) ou as afirmações de H. P. Zimmermann no mesmo jornal.

nal de todo um movimento. Certo é que no final deste movimento estará desfeita aquela antiga estrutura da solidariedade étnica que servia de lastro aos antigos núcleos de colonização.

Interrompo aqui a exposição deste tópico para apresentar, a seguir, um rápido esboço da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, onde vamos ver espelhados todos os problemas que esboçamos acima. Todas as transformações pelas quais passou o grupo étnico teuto são também as transformações pelas quais passou a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

3. A ESTRUTURA ECLESIASTICA LUTERANA, SEU DESENVOLVIMENTO E AS MUDANÇAS NELA OCORRIDAS

A Igreja Luterana (57) inicia suas atividades no Brasil com a vinda dos imigrantes que, em sua maioria são jornalheiros e agricultores provenientes das regiões mais pobres da Alemanha: o Hunsrück e a Pomerânia. Seu sistema econômico é o do pequeno agricultor, fato que até hoje caracteriza a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: a maioria de seus membros se constitui de pequenos agricultores, proprietários de terras. No tocante ao atendimento eclesiástico, os agricultores desenvolveram o seu próprio sistema comunitário. Reuniram-se em comunidades religiosas, construíram, mesmo que sob enormes sacrifícios, escola, igreja e casa paroquial, e, engajaram pastores e professores. Raríssimas vezes os pastores eram ordenados. Na maioria das vezes eram existências fracassadas que assumiam este ministério; por isso surgiu também a designação "pseudo-pastor" para designá-los. O primeiro a constatar os problemas existentes entre os protestantes teutos, no campo eclesiástico, foi o embaixador suíço J. J. von Tschudi que, em princípios da década de sessenta, conseguiu motivar a Sociedade Missionária da Basileia a enviar missionários ao Brasil. Outras organizações seguir-lhe-iam o exemplo, como a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, a Sociedade Gustavo Adolfo e o Conselho Eclesiástico Superior da Igreja Prussiana. A partir de 1897 a "Associação da Caixa de Deus" (Gotteskasten), uma entidade de características luteranas confessionais, mais tarde denominada de "Federação Martim Lutero" também iniciaria suas atividades no Brasil.

Em 1886, três anos antes da proclamação da República, uma série de comunidades criou, no Rio Grande do Sul, um Sínodo, o "Sínodo Riograndense". Esta instituição fora precedida por um "Sínodo teuto-evangélico da Província do Rio Grande do Sul". A fundação do Sínodo Riograndense foi de suma importância, pois agora era dada ao protestantismo do Rio Grande do Sul a oportunidade de se apresentar como uma unidade diante das autoridades civis

(57) Cf. para o que segue Martin N. Dreher, op. cit., pág. 17ss.

e assumir tarefas como o serviço de pregação itinerante, escolas e instituições da missão interna. No ano de 1905 surgiu nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo um Sínodo de características acentuadamente luteranas, fundado por missionários enviados a partir de 1897 pela "Associação da Caixa de Deus" (Gotteskasten). Também no âmbito de Santa Catarina e Paraná fundava-se, em 1911, a "Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná". Nesta instituição congregaram-se as comunidades e os pastores enviados e subvencionados pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Prussiana, pela Sociedade Evangélica de Barmen, pela Casa Missionária de Basiléia e pela Sociedade Alemã de Irmãos, realizando um trabalho paralelo ao do Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul. Pelo fato de se realizarem trabalhos paralelos numa mesma área, viriam a surgir muitas tensões. Finalmente, em 1912, as comunidades do Brasil-Central, que não estavam filiadas ao Sínodo Evangélico-Luterano, reuniram-se no Sínodo do Brasil Central. Em 1922 existiam, nos quatro Sínodos, 119 comunidades com 187.000 almas. Em traços numéricos os Sínodos Riograndense e Luterano eram os maiores. A partir de 1900 inicia-se um processo que pretende uma maior aproximação das diversas comunidades e seus pastores à Alemanha. Uma lei eclesiástica da Igreja Prussiana possibilitava, então, a filiação de comunidades evangélicas alemãs do exterior à Igreja Prussiana. Excetuando-se as comunidades do Sínodo Evangélico-Luterano, uma série de comunidades fez uso desta possibilidade de filiação. Às comunidades era possibilitada, agora, a ajuda financeira, enquanto que aos pastores eram garantidos ordenado condigno e uma pensão vitalícia. Para melhor coordenar seu trabalho no Brasil e também para poder auxiliar mais efetivamente as comunidades, em dificuldades que viessem a surgir, o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim enviou, em 1911, um Representante Permanente com o título de "Prepósito" (Propst) para o Brasil. A sede, a partir de onde ele desempenhava suas funções, era a cidade de Porto Alegre. No mesmo ano de 1911 o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim criava ainda um "Seminário para o Estrangeiro" que visava a formação de um colégio pastoral autóctone para as comunidades brasileiras. O desenvolvimento dos quatro Sínodos até à Primeira Guerra Mundial é bastante semelhante. Em todos eles tem que se fortalecer as comunidades, que durante longo tempo haviam estado sem um acompanhamento espiritual ordenado, e educá-las para tarefas comuns, para deste modo vencer o independentismo característico das comunidades no período pré-sinodal.

A Primeira Guerra Mundial foi um período decisivo para todos os Sínodos. Foram interrompidas as ligações com a Alemanha e, com isso, tornados impossíveis todos os auxílios financeiros e pessoais por parte das instâncias eclesiásticas alemãs. Nesta situação os

Sínodos foram levados a se auxiliarem a si mesmos. As comunidades, que até então não haviam prestado nenhum auxílio financeiro para o trabalho sinodal, foram chamadas a um engajamento; além disso os anos da guerra trouxeram consigo o reconhecimento de que no futuro seria necessário formar os pastores no próprio Brasil. Partindo deste reconhecimento o Sínodo Riograndense criava, em 1921, um "Pré-Seminário Evangélico", mais tarde denominado de "Instituto Pré-Teológico". Contudo, não foi possível transferir toda a formação dos pastores para o Brasil. Os formandos do Pré-Seminário tiveram que concluir seus estudos teológicos na Alemanha.

Após o final da Guerra, as relações com a Alemanha foram intensificadas. A intensificação das relações foi possibilitada através da criação da "Federação Evangélica Alemã de Igrejas" (Deutscher Evangelischer Kirchenbund), no ano de 1922, a qual, em 1924, através de uma lei eclesiástica especial, permitia a filiação de corpos eclesiásticos alemães do exterior. Os Sínodos Riograndense (1929) e Luterano (1933) fizeram uso dessa possibilidade de filiação. As comunidades dos demais Sínodos permaneceram filiadas ao Conselho Superior Eclesiástico em Berlim. Após a criação do "Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica Alemã" (1934) os dois Sínodos foram assessorados por esta instância, acontecendo o mesmo, a partir de 1936, com as comunidades do Sínodo do Brasil Central e da Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná.

A partir de 1930 começaram a surgir no Brasil dificuldades às quais os Sínodos foram bastante sensíveis, pois o governo brasileiro tinha como alvo uma política que pretendia integrar todos os grupos étnicos no corpo populacional brasileiro. No transcurso desta política de nacionalização atingiu-se, inicialmente, as escolas das comunidades evangélicas. Foi-lhes proibido o ensino da língua alemã, além disso perderam seus professores, na maioria das vezes pastores alemães, pois a estrangeiros foi tirada a faculdade de lecionar. A partir de 1939 também a Igreja foi atingida em sua essência, quando novas leis eliminaram, progressivamente, todas suas línguas estrangeiras do culto da comunidade. Os cultos que até aqui haviam sido oficiados quase que exclusivamente em língua alemã tiveram que ser oficiados em língua portuguesa, com a conseqüência de que a maior parte dos membros da comunidade não mais entendiam a pregação feita em língua portuguesa. Com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial a situação se agravou ainda mais; muitos pastores, nascidos na Alemanha, foram internados. Nesta situação, os Sínodos se viram forçados a enviar pregadores leigos e os estudantes do Pré-Seminário, como "Substitutos", para prestarem serviços nas comunidades. A partir destas experiências, comuns a todos os Sínodos, surgiu o reconhecimento da necessidade de um trabalho conjunto. Logo após o final da Guerra reuniram-se os presidentes dos Sínodos e resolve-

ram criar, após demoradas consultas, uma Federação Sinodal (1949), tendo por base a confissão luterana. Esta Federação realizou seu primeiro Concílio Geral em São Leopoldo, no ano de 1950. Em 1954, o 2º Concílio Geral ampliou o nome da Federação para "Federação Sinodal. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil". Finalmente, em 1962, o 4º Concílio Geral resolveu suprimir a designação original "Federação Sinodal". Desde então a união dos Sínodos passou a ser denominada de "Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil". A 25 de outubro de 1968, um Concílio Geral Extraordinário resolveu a fusão dos Sínodos, que até então haviam mantido sua personalidade jurídica e administrativa, em um corpo eclesiástico único. Esta fusão fora precedida, em 1963, pela fusão dos dois Sínodos estabelecidos em Santa Catarina e Paraná. Sob ponto de vista administrativo a Igreja não estava mais dividida em Sínodos, mas em quatro Regiões, a cuja testa se encontrava um Pastor Regional. No Concílio Geral de 1976, em Belo Horizonte, resolveu-se criar a Va. Região Eclesiástica.

De vital importância para a fusão dos Sínodos foi a Escola de Teologia, hoje Faculdade de Teologia, em São Leopoldo, cuja fundação se deve a uma iniciativa do Sínodo Riograndense, no ano de 1946. Aqui foram colocadas as bases para a criação de um corpo de pastores homogêneo e autóctone. No ano de 1955, em convênio, firmado entre a Igreja Evangélica na Alemanha e a Federação Sinodal, foi estabelecida a plena autonomia jurídica da Federação. Os Sínodos e comunidades, que até então haviam estado subordinados ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica na Alemanha foram reconhecidos como "Igrejas independentes". Frente à Ecúmena, a Federação Sinodal ou a Igreja Evangélica de Confissão Luterana apresentava-se desde 1950 como Igreja independente. Neste ano foi admitida ao Conselho Mundial de Igrejas e à Federação Luterana Mundial. Desde 1958 ela também participa da Confederação Evangélica do Brasil, uma confederação de Igrejas protestantes, criada em 1934 sob inspiração da Igreja Presbiteriana, que se propõe a representar anseios evangélicos frente à opinião pública e às autoridades constituídas.

A peculiaridade das comunidades e dos Sínodos como Igreja de imigrantes teutos e suas relações com a Alemanha provocaram o surgimento de uma problemática toda especial, o relacionamento de Igreja e germanidade. Entre os protestantes de ascendência teuta que emigraram para o Brasil a língua alemã foi por muito tempo linguagem corrente. Por isso também se deve considerar legítimo o fato de se haver usado, inicialmente, o idioma alemão no trabalho eclesiástico. Para os próprios membros das congregações não se pode constatar, até à criação do Reino Alemão (1871), nenhum relacionamento consciente de Igreja e germanidade; para o meio ambiente de língua

portuguesa, porém, era natural equiparar alemão e protestante, pois no Sul do país não existiam outros protestantes que os germânicos.

Esta avaliação do ambiente luso-brasileiro retroagiu sobre as congregações e foi favorecida pela fundação do Reino Alemão que desenvolveu, após a queda de Bismarck, uma política, bastante agressiva, de preservação da germanidade. Não por último ela também foi favorecida por evoluções políticas e filosóficas, relacionadas com a Proclamação da República (1889) e a República Velha, por ela inaugurada. Tal avaliação impediu uma plena integração dos descendentes germânicos na sociedade brasileira ou, pelo menos, a dificultou. A situação daí decorrente manifestou-se nas comunidades durante o transcurso da Primeira Guerra Mundial e, especialmente, por ocasião das festividades relativas ao Centenário da Imigração Alemã. As comunidades foram sobremaneira fortalecidas em seu "sentimento étnico" de modo, que, agora, realmente, uma boa parte dos membros das comunidades queria ser, conscientemente, alemã.

No período entre guerras o relacionamento de Igreja e germanidade foi, pois, extraordinariamente estreito. Foi ele promovido pelos pastores provenientes da Alemanha, pelas organizações que os enviavam e pela revolução política, ocorrida na Alemanha em 1933, na qual, inicialmente, nada mais se via que uma renovação do povo alemão.

Os pastores provenientes da Alemanha não procuraram, até a criação do Reino Alemão, relacionar germanidade e evangelho de uma maneira expressa. Somente após 1871 foram feitas tentativas de fundamentar teologicamente o fato, tido inicialmente como algo natural, de que protestantes de ascendência germânica fizessem uso da língua alemã em sua atividade eclesiástica. Neste contexto surgiram, então, formulações extremamente problemáticas, nas quais se afirmava que se deveria levar "o evangelho aos irmãos na fé e aos compatriotas em língua e índole alemãs" e preservar "com isso todo o rico tesouro da cultura germânica". Estas concepções culminavam na tese de que germanidade e evangelho teriam um relacionamento de vida e morte. Tais afirmações encontramos, inicialmente, apenas entre os pastores com formação acadêmica. Um posicionamento totalmente diverso era assumido pelos pastores oriundos das casas de missão. Alguns deles voltaram-se acintosamente contra tais formulações. Também entre as organizações eclesiásticas encontramos somente após 1871, nas instruções dadas a alemães emigrados ao Brasil, uma clara acentuação da germanidade. Deve-se, porém, mencionar que ainda não nos deparamos com um plano criteriosamente elaborado. A mudança política do ano de 1933 na Alemanha fez com que alguns pastores, mas também membros de comunidade, se aproximassem do "Movimento de fé teuto-cristão", do qual assumiram algum ideário ideológico que também procuraram impor na organização e prática

de comunidades e Sínodos. O que possibilitou tal tentativa foi o atendimento sistemático que a Igreja Evangélica Alemã passou a oferecer, desde 1933, às comunidades no exterior. Tal atendimento não só possibilitou um relacionamento mais intenso de Igreja e germanidade, mas também o fomentou. Em breve constatar-se-ia que a posição assumida pelos Sínodos, no tocante ao relacionamento de Igreja e germanidade, era insustentável. Para essa mudança de posicionamento foi importantíssima a contribuição dada pelo "Grupo de Trabalho da Igreja Confessante", influenciado pela teologia de Karl Barth e que tinha nos pastores Gustavo Reusch e Ernesto Schlieper seus principais líderes. Ao lado de tudo isso, a política de nacionalização, desencadeada pelo governo brasileiro na década de 30, desempenhou um papel vital, sem deixarmos de mencionar a catástrofe provocada pela Segunda Guerra Mundial. Em meio a estes acontecimentos encerrava-se um período de 120 anos, como bem o mostraria o desenvolvimento posterior.

Como já frisamos anteriormente, os anos de pós-guerra são anos de abertura para a ecúmena, através da filiação à Federação Luterana Mundial, ao Conselho Mundial de Igrejas, ao Protestantismo Brasileiro, através da filiação à Confederação Evangélica do Brasil, e de um crescente diálogo com a Igreja Católica Romana. Paralelamente a esta abertura para o diálogo ecumênico vai ocorrendo uma abertura para os grandes problemas nacionais. A fusão de quatro igrejas independentes em 1949, os antigos Sínodos, levou a que dentro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil houvesse uma maior penetração dos problemas nacionais. Estudando os relatórios dos Concílios da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, desde 1950, vamos ver que ano após ano, na medida em que maior vai sendo o envolvimento de seu povo com a realidade do povo brasileiro, mais ligados à realidade nacional vão sendo seus pronunciamentos.

4. OS POSICIONAMENTOS LUTERANOS FRENTE À REALIDADE NACIONAL

Por ocasião de seu Primeiro Concílio Geral, em 1950, a então Federação Sinodal comprometeu-se de maneira programática a ser Igreja de Jesus Cristo no Brasil "com todas as conseqüências que daí resultarem para a pregação do Evangelho neste país e a co-responsabilidade para a formação da vida política, cultural e econômica de seu povo." (58) Quer-me parecer que nos anos que se seguem, podemos constatar uma aplicação conseqüente desse comprometimento. É verdade que os primeiros pronunciamentos ainda são vacilantes, mas compreensíveis para uma geração que ainda não conseguira superar

(58) *Primeiro Concílio Eclesiástico da Federação Sinodal* (São Leopoldo, 14-16 de maio de 1950), pág. 4.

os traumas da realidade com que se vira confrontada durante a Segunda Guerra Mundial. Por isso, a Igreja se encontra, inicialmente, mais preocupada com o processo de consolidação interna, que se encerra em 1968 com o desaparecimento das antigas estruturas sinodais. Mas, concluído o processo de consolidação, em 1969, é criada uma Comissão de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (59), que logo é desdobrada em duas subcomissões. Uma delas ocupar-se-á de Estudos de Assuntos Rurais e a outra de Assuntos Político-Sociais. Cria-se uma Comissão de Serviços de Projetos de Desenvolvimento (60). As migrações internas merecem atenção especial com a criação de um Departamento de Migração (1973) (61). No relatório apresentado ao VII Concílio Geral, o então Pastor Presidente diria: "Dois fenômenos alarmantes que podemos observar, em ritmo crescente, em todas as Regiões de nossa Igreja são: (a) a calamitosa situação do pequeno proprietário rural e do homem do campo em geral e, como consequência da fuga do campo (b) a formação de um proletariado nas cercanias das pequenas e grandes cidades. Ambos estes problemas atingem especialmente nossa Igreja, pois a maioria dos nossos membros vive em âmbito rural, e obrigam-nos a considerar como tarefas primordiais, também no planejamento da nossa Igreja, medidas concretas a favor dos nossos agricultores e dos nossos operários nas cercanias das cidades que correm o perigo de se tornarem marginais." (62) Na ocasião, 45% do povo luterano ainda é constituído de pequenos proprietários rurais, meeiros, agregados e arrendatários. A migração e o êxodo assumem formas tão alarmantes entre os luteranos que o Concílio cria uma Comissão de Assuntos Agrários (63). A Igreja de imigrantes, que em seus primórdios se restringira aos Estados meridionais e ao Espírito Santo, constata que nas novas áreas de colonização (Mato Grosso, Goiás, Rondônia) já se encontram muitos de seus fiéis. Através do Departamento de Migração são feitas análises do fluxo migratório, oferece-se orientação para os agricultores que vão cultivar novos tipos de solo. A assistência espiritual vai acompanhada da assistência material, pois há preocupação com aspectos básicos como educação, saúde e orientação técnico-agrícola. Mas, o fenômeno do êxodo não leva os luteranos apenas para novas áreas de colonização. Em breve eles passam a engrossar as fileiras dos que vivem na

(59) *Relatório do P. Presidente da IECLB ao VII Concílio Geral, 1970, pág. 9.*

(60) *Relatório do P. Presidente da IECLB ao VIII Concílio Geral, 1972, pág. 11.*

(61) *Relatório do P. Presidente da IECLB ao IX Concílio Geral, 1974, pág. 3 e 12.*

(62) *Relatório do P. Presidente da IECLB ao VII Concílio Geral, pág. 7.*

(63) *Idem, pág. 9.*

periferia das grandes cidades, levando a Igreja a posicionar-se frente a mais esse problema (64).

O envolvimento do povo luterano com os problemas do país levaria, conseqüentemente a choques com os detentores do poder no país. Em 1970, a IECLB lançava o "Manifesto de Curitiba": "Manifestação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil" (65). Nesse documento, a IECLB sai, pelo que me consta pela primeira vez, de suas próprias fileiras e fala da responsabilidade que sente em relação a todo o país. Sabendo que a Igreja deve dirigir-se "ao homem como um todo, não só à sua alma", o documento acentua que essa visão "terá conseqüências e implicações em toda esfera de sua vivência — inclusive física, cultural, social, econômica e política... sobre todas as questões relacionadas com o bem-comum." A seguir, deixa claro que a IECLB tem um papel profético perante a Igreja e a Sociedade. O documento que se reporta a Ezequiel 33.7 ("A ti, ó filho do homem, te constituí atalaia sobre a casa de Israel.") afirma que a Igreja deve "desempenhar uma função crítica — não de fiscal, mas antes de vigia e de consciência da Nação. Ela alertará e lembrará as autoridades de sua responsabilidade em situações definidas, sem espírito faccioso, e sempre com a intenção de encontrar uma solução justa e objetiva." O protesto contra exigências da Doutrina de Segurança Nacional já fica evidente em uma passagem como: "A pátria será honrada e amada; seus símbolos serão respeitados e usados com orgulho cívico... mas o cristão não poderá falar da pátria em categorias divinizadoras." O desrespeito flagrante aos direitos humanos é contestado com as palavras: "... nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos." A partir de então, os pronunciamentos são constantes: solicitação de anistia, protestos pelo sofrimento dos colonos afetados pela construção da Itaipu Binacional (aqui deve ser destacado o trabalho conjunto com a Comissão de Pastoral da Terra), protestos pela expulsão forçosa de agricultores e indígenas na construção de 44 hidroelétricas ao longo do Rio Uruguai, discussão com a FUNAI por causa da situação indígena, exigência de aplicação do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária, protestos contra a lei de estrangeiros (66). Os temas estão a apontar para um luteranismo integrado e para a nova realidade de uma Igreja no Brasil.

(64) *Relatório do P. Presidente ao VIII Concílio Geral*, pág. 7.

(65) Texto em Germano Burger (ed), *Quem assume esta tarefa? Um documentário de uma Igreja em busca de sua identidade* (São Leopoldo 1977), pág. 37-41.

(66) Cf. a esse respeito Augusto Ernesto Kunert, Aspectos da relação IECLB e Estado, em uma compreensão histórica e teológica, em: *Estudos Teológicos* 22, 1982, pág. 215-242.